

ÁLBUM DE FIGURINHAS

CAATINGA CLIMATE WEEK

A CAATINGA
FALANDO PARA
O MUNDO



CONFIRA A SELEÇÃO QUE
ESCALAMOS PARA COLOCAR
A CAATINGA NO CENTRO
DO DEBATE CLIMÁTICO



A SELEÇÃO FOI CONVOCADADA!



Você tem em mãos o Álbum de Figurinhas da Caatinga Climate Week na sua Segunda edição. E desta vez, a bola vai rolar bonito pelas caatingas de Pernambuco.

Na primeira edição, o mote era colocar a Caatinga no centro do debate climático. Fomos a campo, ouvimos as vozes dos povos que fazem deste bioma uma escola viva de adaptação e resistência, e voltamos com uma convicção: a Caatinga não é o problema. A Caatinga é parte da solução. Um bioma que ensina, e que resiste, porque aprendeu que para viver precisava resistir. Que se adapta ao clima mais exigente do Brasil há milhões de anos, muito antes de o mundo começar a usar a palavra “adaptação climática”.

Agora damos um passo além. Porque entrar em campo não basta se a voz não chega à torcida. É preciso falar. E falar alto.

No Brasil, álbum de figurinhas é linguagem afetiva. A gente cresce trocando repetida na escola, procurando o camisa dez, completando a seleção antes do campeonato começar. Escolhemos esse formato porque o que você vai encontrar nestas páginas é exatamente isso: uma convocação. Os craques desta seleção são espécies endêmicas que armazenam água onde outros desistem, povos indígenas e quilombolas que manejam este território há séculos, agricultoras que transformaram a escassez em fartura, tecnologias sociais e inteligência climática muito melhor do que o VAR.

Esta seleção não joga em estádio. Joga no roçado, na agrofloresta, na aldeia, no quintal. E o campeonato que disputa é o mais urgente de todos: o da vida no planeta.

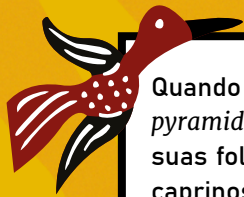
Cada figurinha nestas páginas é um convocado para essa luta. Cada história é uma jogada que o mundo precisa ver. A Caatinga, que nunca precisou de condições favoráveis para dar o seu melhor, tem muito a ensinar sobre resiliência e adaptação climática a quem ainda está aprendendo a jogar.

Vem conosco nesta convocação, vem fazer parte de nosso time!

Carlos Magno e Adriana Ramos



A VIDA



Quando São José envia as primeiras chuvas, a **catingueira** (*Cenostigma pyramidale*) não perde tempo. Não é preciso mais economizar sua beleza, suas folhas verdes, suas florzinhas amarelas. Debaixo da sua copa, mocós, caprinos e bovinos se protegem do sol, acompanhados pelo zumbido das abelhas e o sibilo das jararaquinhas, que trazem consigo o anoitecer. A Caatinga é a casa de todas elas, professora da adaptação e da resiliência. Quando se vive em um clima Semiárido, em que as temperaturas são altas e as chuvas são irregulares, seus filhos, vegetais ou animais, aprendem que há tempo de recolher-se e há tempo de expandir-se. O mandacaru sabe bem. Fica quietinho durante a estiagem e desabrocha, delicado e majestoso, exemplo da beleza em um meio exigente. Assim são os moradores da Floresta Seca, que ocupa cerca de 11% do território brasileiro e nove estados. Aqui, vivem cerca de 32 milhões de pessoas e mais de 1.500 espécies endêmicas, o que a torna o Semiárido mais povoado e biodiverso do mundo. Mas não só: a Caatinga também é o bioma mais eficiente do Brasil no sequestro de CO₂, com uma taxa de eficiência que varia de 45% a 60%. Esse é um bioma de belezas, saberes e modos de vida capazes de ensinar ao resto do mundo sobre adaptação climática e inventividade.



CAATINGA

No Semiárido, as espécies desempenham diversas funções para o equilíbrio do bioma. O candelabro que adorna a sala de estar, por exemplo, também a ilumina. O candelabro da Caatinga acumula ainda mais funções: serve de cerca natural, restauração de solos degradados, alimento para animais e ornamento. O **mandacaru** (*Cereus jamacaru*) é perfeitamente adaptado à seca, armazenando água em seu caule carnoso e possuindo espinhos que evitam a perda de líquido pela evapotranspiração. Para os povos do Semiárido, ele é uma garantia de sobrevivência, sendo utilizado na medicina popular por suas propriedades diuréticas, expectorantes, anti-inflamatórias e protetoras gástricas; e como planta forrageira para alimentar o rebanho durante as estiagens prolongadas após a queima de seus espinhos. À noite, o mandacaru floresce, alimentando insetos e aves, e murcha aos primeiros raios de sol. Desse ciclo, nasce semanas depois a Pitaya do sertão. Para os humanos, a flor tem um simbolismo ainda maior, é um sinal de que o dia ficará bonito para chover.



MANDACARU

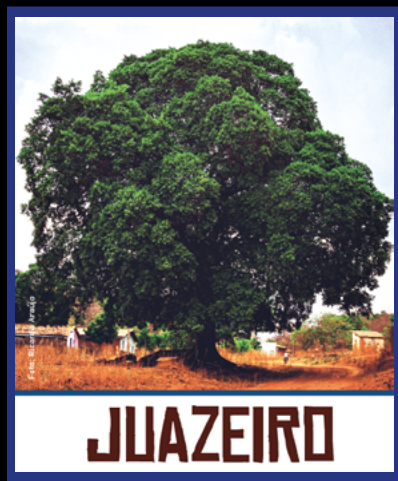


Segundo Euclides da Cunha, há uma “árvore sagrada do Sertão”. Ela, que permanece verde e gerando frutos mesmo durante a seca, pode armazenar até 1.500 litros de água em suas raízes. A “árvore-que-dá-de-beber” recebeu tradução do tupi-guarani para o português como **umbuzeiro** (*Spondias tuberosa*). Seu fruto, o umbu, riquíssimo em vitamina C, serve de alimento para as criações de animais e os humanos, que o transformam numa umbuzada, receita tradicional que leva leite e açúcar. Além disso, suas folhas, raízes e casca são usadas na medicina popular para tratar inflamações, problemas digestivos e febres. Resiliente e trabalhador como seu povo, a copa generosa do umbuzeiro já abrigou rezas, reuniões, descanso de viajantes e festejos. Resiliente e trabalhador como seu povo, ele segue de pé. Quantas histórias o umbuzeiro já não presenciou?

“Umbuzeiro é a árvore sagrada do sertão. Sócio fiel das rápidas horas felizes e longos dias amargos dos vaqueiros. Representa o mais frisante exemplo de adaptação da flora sertaneja.”

(Euclides da Cunha em “Os sertões”)

“Na margem do São Francisco, nasceu a beleza, e a natureza ela conservou”. Como escreveram Jorge de Altinho e Francisco Agra, aqui a gente gosta muito do **juazeiro**. Não o do Norte, não o da Bahia, mas o *Ziziphus joazeiro*, espécie endêmica da Caatinga. Essa árvore também resiste à época de estiagem com sua folhagem verde, servindo de forrageira para bovinos, caprinos e suínos. Na alimentação humana, o juazeiro contribui com seu fruto, o Juá, rico em vitamina C e útil para a produção de farinha e de geleias artesanais. Já a casca, que possui um espumante natural chamado saponina, é utilizada para a fabricação de sabão caseiro e como escova de dentes natural. Achou pouco? Também dá para usar as folhas como tratamento de tosse, problemas digestivos, doenças da pele e cicatrizante. Símbolo de um bioma erroneamente considerado pobre, o juazeiro carrega consigo as potencialidades, saberes ancestrais e tecnologias da Caatinga.



Em 1856, uma pequena arara azul foi descrita pelo sobrinho de Napoleão Bonaparte, com base em aves traficadas para zoológicos europeus. Charles-lucien Bonaparte nomeou a espécie *Anodorhynchus leari*, e fixou o Brasil como local de origem. Porém, cem anos se passaram até que algum pesquisador europeu encontrasse outra **arara-azul-de-lear**, até porque nunca tentaram procurar na Caatinga baiana. Lá, as ararinhas costumam viver em paredões rochosos, onde descansam e se reproduzem. Quando levantam voo, percorrem até 70 quilômetros por dia, dispersando sementes da palmeira Licuri, seu principal alimento e fonte de água, e de outras espécies da Caatinga. Única e majestosa, ela é parecida com a arara-azul, porém menor, com plumagem menos brilhante e uma mancha amarela maior junto ao bico. Muito disputada pelo tráfico, ameaçada pela destruição do habitat e pela competição com abelhas exóticas por espaço nos ninhos, a ararinha quase desapareceu. Hoje, com o trabalho conjunto de cientistas e dos povos da Caatinga, a espécie saiu de 200 para mais de 2,5 mil indivíduos na natureza.



Vigiando a entrada da colmeia, existe uma abelhinha de 10 milímetros, mansa mas barulhenta, que possui um trabalho gigante: sustentar a biodiversidade da sua casa, a Caatinga. Admiradora do estilo vintage, a **abelha mandaçaia** (*Melipona mandacaia*) só se instala em árvores antigas, de preferência, entre os galhos ociosos de umburanas ou umbuzeiros. De lá, ela viaja entre as culturas de abóbora, pimentão, pimenta-malagueta e tomate, contribuindo com a produção de alimentos dos seres humanos. Seu mel também contribui para a medicina, usado como antibiótico e anti-inflamatório natural. Essa vigilante é tão eficaz que também nos avisa quando há algum desequilíbrio ambiental na região, devido a sua aguçada sensibilidade. A mandaçaia é uma melonífera, isto é, não possui ferrão, o que facilita seu manejo e convivência com outras espécies. No entanto, o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a destruição de ninhos naturais e a competição com abelhas africanizadas ameaçam suas vidas. Conservar a mandaçaia significa preservar as técnicas e saberes locais, manter o equilíbrio do ecossistema e a diversidade da alimentação do ser humano.



ABELHA MANDAÇAIA



TATU-BOLA

O **tatu-bola**, um bichinho endêmico do Brasil, e encontrado em regiões da Caatinga e do Cerrado, já foi símbolo da Copa do Mundo de 2014, chamado Fuleco. Mal sabem que ele, vergonhoso como é, quase teve um faniquito quando soube que teria que sair da toca, no meio do sol quente, para representar mais de 200 milhões de brasileiros. É que o *Tolypeutes tricinctus*, só gosta de sair quando o sol esfria, e por um bom motivo: encher o bucho. Quando arranha troncos deteriorados ou revira a serapilheira, procurando cupins e formigas, ele ajuda a arar a terra da Caatinga e acelerar a decomposição de materiais orgânicos. Isso permite que o oxigênio, a água e os nutrientes decompostos se infiltrem com mais facilidade no solo, mantendo a umidade e fortalecendo a floresta. Como os outros seres da Caatinga, Fuleco é um ótimo gestor de água, já que passa meses sem precisar dar um golinho sequer. Quase toda água que necessita é extraída da alimentação, e seu metabolismo é muito eficiente na retenção de líquidos. Não à toa, o Tatu-bola é um dos principais símbolos do bioma: resiliente, adaptado ao clima e um guardião da terra.

Teiú, tiú, teju, tejuçu, tejuguaçu, tejo... o nome do *Salvator merianae* gera tantas brigas quanto a discussão do biscoito versus bolacha. Porém, apesar da divergência quanto ao seu nome, todos os caatingueiros sabem de sua importância para a floresta e as colheitas. Onde o teiú circula, a população de pragas diminui, sem nenhum agrotóxico envolvido. Isso porque com ele não tem fastio: sua dieta inclui desde frutas, ovos, larvas, vermes e insetos, até carniça, escorpiões, cobras, roedores e aves. Em relação aos alimentos vegetais, pelo menos trinta espécies compõem seu cardápio e têm as sementes dispersadas durante seu deslocamento. Pense num bichinho bom de boca! E quer ver bondade, tente mexer com o danado: ele não atura desaforo, qualquer estresse se resolve com uma chicotada bem dada da sua cauda de mais de um metro de comprimento. Mas o teiú também não é besta. Se a situação apertar, ele, mandingueiro, solta o rabo para distrair o predador e mete o pé.



TEIÚ

Na Caatinga, agricultura e pecuária são irmãos inseparáveis: o roçado do inverno (com milho, feijão e abóbora) se conecta diretamente com a criação de animais. Vacas, cabras, ovelhas, porcos e galinhas funcionam como uma “poupança viva” para as famílias agricultoras do Semiárido: são fonte de proteína, geração de renda e, nos oito a nove meses de estiagem, quando os roçados descansam, garantem trabalho e sustento. Integrados ao roçado, os animais ainda ajudam a manter a fertilidade do solo e o equilíbrio de todo o sistema produtivo.



Historicamente, a pecuária tem forte relação com a ocupação e formação econômica e social da Caatinga. Com a produção de cana-de-açúcar concentrada no litoral no século XVI, a criação de animais se desenvolveu fortemente nas “bordas”, isto é, nos sertões. Quando os portugueses trouxeram gado para o Brasil, iniciou-se um longo processo de adaptação ao clima semiárido que deu origem ao **boi curraleiro pé-duro**: raça de porte médio, resiliência aos períodos de seca e alta imunidade natural a carrapatos, bernes e doenças comuns que costumam dizimar raças exóticas. Capaz de digerir plantas fibrosas como o xiquexique e o mandacaru, o pé-duro mantém a reprodução e a qualidade da carne e do leite mesmo nos períodos de estiagem. Hoje, essa espécie crioula é patrimônio do conhecimento tradicional de agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas e vaqueiros, figuras emblemáticas da identidade nordestina que conduzem e protegem os rebanhos dentro da Caatinga, vestidos do couro do próprio gado. O curraleiro pé-duro é, portanto, símbolo vivo de saberes, práticas culturais e modos de vida que ajudaram a construir a história do bioma.



CURRALEIRO PÉ-DURO



BODE MOXOTÓ

A criação de caprinos faz parte da vida dos povos do Semiárido desde o período colonial, sendo uma das principais atividades da agricultura familiar, fonte de carne proteica, leite e couro. Ao longo de 500 anos, as espécies trazidas pelos portugueses passaram por seleção natural e originaram raças nativas como a do **bode moxotó** do Vale do Moxotó, em Pernambuco. Esses animais são patrimônios genéticos da Caatinga: caminham longas distâncias, bebem pouca água e digerem a vegetação nativa, como palma, mandacaru, jurema-preta e catingueira. Ao percorrer a floresta, consomem frutos de árvores nativas e dispersam sementes pelas fezes, contribuindo diretamente para o reflorestamento. O esterco caprino também é um dos fertilizantes orgânicos mais ricos para a recuperação do solo.

Para muitos habitantes da Caatinga, acordar com o cantar dos galos é um privilégio: significa a proximidade com a natureza, a segurança alimentar e a autonomia financeira. A **galinha de capoeira**, uma mistura de raças adaptadas, é um dos pilares dos sistemas produtivos tradicionais do Semiárido, pois pode ser criada livremente nos quintais, alimentando-se de insetos, grãos e capim. Criada principalmente pelas mulheres da família, ela representa autonomia, renda e soberania alimentar, já que sua carne é mais saborosa e os ovos avermelhados têm ótima rentabilidade.



GALINHA DE CAPOEIRA



Para construir soluções de adaptação climática e convivência com o Semiárido, os povos da Caatinga sempre recorreram aos saberes ancestrais, uma rica herança nascida do encontro entre os conhecimentos tradicionais, indígenas e quilombolas. Foi a partir da observação atenta dos ciclos da natureza que essas comunidades moldaram modos de vida, filosofias e tecnologias sociais que hoje servem de sementes para um futuro de permanência na terra. Esse movimento de resgate do passado encontra eco direto no conceito de Sankofa, um símbolo e provérbio Adinkra dos povos Akan (originais de onde hoje é Gana, na África). Representado por um pássaro que voa para frente com a cabeça voltada para trás, carregando um ovo no bico, Sankofa nos ensina que nunca é tarde para voltar às nossas raízes e buscar o conhecimento necessário para construir o amanhã.

Diferentemente dos biomas do litoral brasileiro, a Caatinga possuía maior resistência às técnicas de cultivo trazidas durante a colonização, sendo considerada um território improdutivo por muito tempo. Apesar disso, os **povos indígenas** que vivem milenarmente no bioma germinaram sistemas produtivos adaptados às singularidades da terra, atuando em convivência com a natureza. Até hoje, seus conhecimentos sobre plantas medicinais, plantio consorciado, ciclos naturais e manejo do solo são fundamentais para a preservação das espécies nativas da Caatinga. A agricultura indígena é parte da floresta, dos seus rituais e encantarias, dialogando com seus modos de vida. Em Pernambuco, vivem mais de cem mil pessoas indígenas, divididas entre as etnias Atikum-Umä, Pankará, Pipipã, Kambiwá, Pankararu, Pankaiwká, Tuxá, Kapinawá, Truká, Fulni-ô e Xukuru, sendo o estado com a quarta maior população indígena do Brasil.



POVOS INDÍGENAS



POVOS QUILOMBOLAS

Os quilombos são comunidades criadas em locais de difícil acesso por grupos que fugiam da escravidão, onde poderiam exercer sua liberdade e cultura, como o Quilombo dos Palmares, que ficava na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Hoje, as **comunidades quilombolas** são locais demarcados e protegidos por lei (ou deveriam ser), que possuem conhecimentos, saberes e tradições próprias. A história dos quilombos são verdadeiros exemplos de resiliência e adaptação climática. Ao contrário dos colonizadores, que tentavam impor suas técnicas e cultura à força, as pessoas que vieram escravizadas para o Brasil tiveram que se adaptar a novas línguas, costumes e modos de produção. A partir dos seus conhecimentos, advindos de etnias variadas do continente africano, como os povos bantu, nagô e yorubá, a produção de alimentos floresceu em sintonia com a natureza. Segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022, existem mais de 78 mil quilombolas em Pernambuco, tornando-o o quinto estado do Brasil com maior população. Na imagem, o grupo de Samba de Coco do Quilombo Cachoeira da Onça, descendentes do Quilombo Castainho.

A ocupação da Caatinga por outros povos aconteceu após a primeira metade do século XVII, quando o domínio dos povos indígenas foi diminuindo, à medida que a busca por minerais preciosos, a expansão da pecuária e a ocupação holandesa no litoral forçam a migração para o Sertão. Com a expansão da pecuária no Semiárido, para abastecer os centros urbanos e o circuito interno do mercado açucareiro, a Caatinga também passou a ser ocupada por **agricultores familiares** interessados em produzir alimentos para consumo próprio. Até 1970, a maior parte da população brasileira estava localizada no campo, porém, com o avanço da industrialização, um forte êxodo rural foi incentivado. Atualmente, 87% da população brasileira vive nos centros urbanos, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022, e esse número cresce cada vez mais, gerando preocupação sobre a sucessão rural no campo.



AGRICULTORES FAMILIARES

As comunidades de **fundo de pasto** são uma organização camponesa secular do Semiárido brasileiro que se baseia na agricultura familiar e no uso coletivo da terra. Originado na época das sesmarias, quando vaqueiros isolados desenvolveram autonomia no interior do país, esse modelo compartilha áreas nativas da Caatinga localizadas atrás das roças familiares para o criatório livre de animais. Essa dinâmica de pastoreio solto nasceu da necessidade de socializar a escassez de água e, ao permitir que os rebanhos circulem por territórios gigantescos, evita a degradação ambiental e garante a regeneração da vegetação. Legalmente amparadas como Povos e Comunidades Tradicionais, assim como indígenas e quilombolas, essas populações têm direito à proteção de seus territórios ancestrais. No entanto, enfrentam históricos conflitos fundiários, agravados atualmente pela pressão do agronegócio, da grilagem e da instalação de grandes usinas de energia eólica e solar em suas áreas comuns.



FUNDO DE PASTO



INFLUÊNCIA ÁRABE

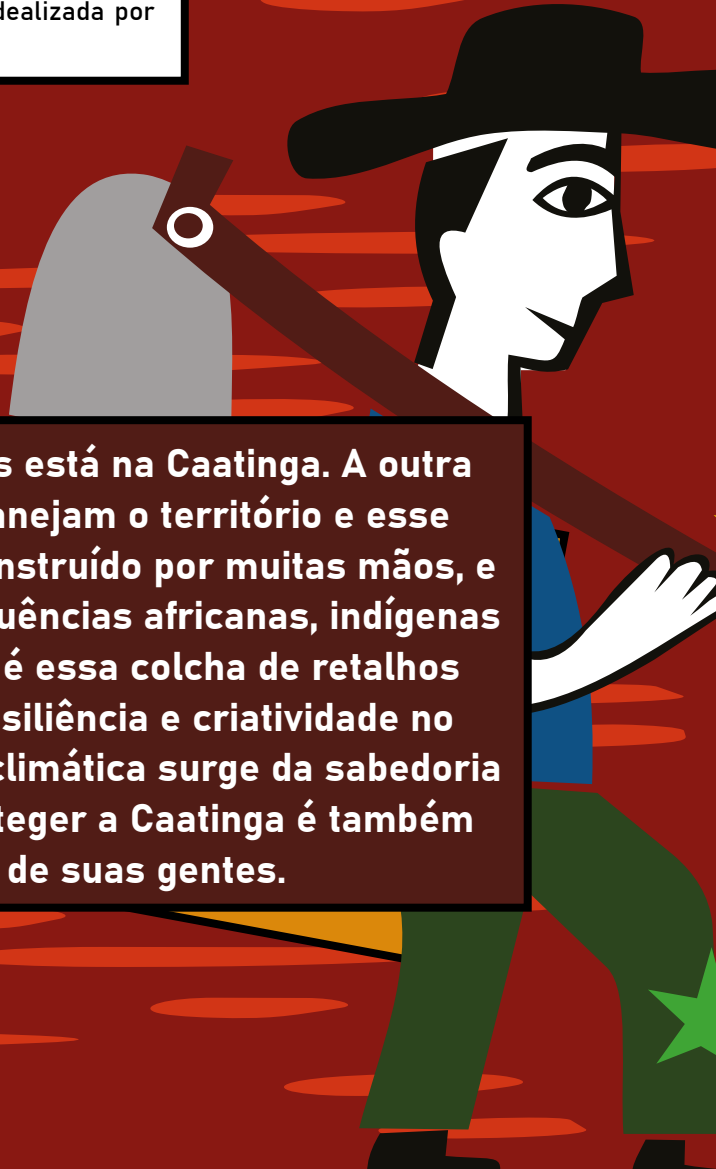
Quando os portugueses chegaram ao Brasil no século XVI, traziam consigo séculos de convivência com os mouros na Península Ibérica. Com eles, vieram técnicas, palavras, hábitos e modos de vida. Ao se misturar aos costumes indígenas e africanos, essa matriz ibérica deixou resquícios das culturas mediterrânea e mourisca em todo o Nordeste, desde o litoral até os sertões. No contexto da Caatinga, essa **influência árabe** é visível na vestimenta de couro dos vaqueiros, no aboio, no repente e em palavras como açude e alforje. O gibão possui semelhanças perceptíveis com o ilustrado jubón espanhol que, por sua vez, tem relações históricas com a jubba árabe.

A figura do **vaqueiro** nordestino surgiu no período colonial, quando a expansão da pecuária empurrou o gado do litoral para o interior. O vaqueiro, incorporando saberes indígenas e quilombolas sobre a floresta e a criação de animais, foi fundamental nesse processo. Para se adaptar à vegetação espinhosa da Caatinga durante os períodos de seca, foi desenvolvida uma indumentária de couro, composta por chapéu, gibão, perneira e peitoral, que os protegem de possíveis acidentes dentro da floresta. Para guiar o gado e escoar a solidão, surgiu o aboio, um canto melancólico e poético que incorpora influências indígenas e mouras. Historicamente, por viverem em locais afastados do Estado, os vaqueiros se associam aos donos de terras num regime de paternalismo, no qual trabalhavam sem salário fixo em troca de um pedaço de terra e alguns animais. Dessa confiança mútua, surge o prestígio do vaqueiro, que se tornou ainda maior com o desenvolvimento dos circuitos de vaquejada, onde demonstram sua força e coragem. Para celebrar esse ofício, existe a tradicional missa do vaqueiro, idealizada por Luiz Gonzaga e replicada por todo o Semiárido.



O VAQUEIRO

Metade do conhecimento que temos está na Caatinga. A outra metade, está nas pessoas, que manejam o território e esse sistema. O Semiárido brasileiro é construído por muitas mãos, e suas raízes vêm de longe. Desde influências africanas, indígenas e europeias até judaicas e árabes, é essa colcha de retalhos culturais que se transforma em resiliência e criatividade no campo, mostrando que a adaptação climática surge da sabedoria partilhada. No final das contas, proteger a Caatinga é também proteger a memória viva de suas gentes.



Nêgo Bispo, ou Antônio Bispo dos Santos, nasceu em 1959 no quilombo Saco-Curtume, no Piauí, e foi o primeiro de sua família a ter acesso à alfabetização, formado, sobretudo, pelos ensinamentos das mestras e mestres de ofício da própria comunidade. Ganhou notoriedade nos movimentos sociais já nos anos 1990, quando chegou a se filiar a partidos políticos, dos quais se afastou para se dedicar à luta quilombola, atuando na coordenação estadual do Piauí e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ. Foi nesse caminho que formulou o conceito de contracolonização, entendendo a colonização como veneno e a cultura dos povos tradicionais como antídoto. Levou esse pensamento para dentro da universidade, atuando como mestre na UnB, sem deixar de se ver como lavrador. Escreveu livros, poesia e o ensaio “A terra dá, a terra quer”, deixando um legado para o movimento negro rural.



NÊGO BISPO



MANDEL APOLÔNIO

Na década de 1950, **Manoel Apolônio** de Carvalho, migrante e construtor de piscinas em São Paulo, retornou à Caatinga com uma ideia: unir placas de cimento pré-moldadas em uma estrutura circular, parcialmente enterrada no solo, para armazenar água durante o período de seca do seu bioma natal. Sua invenção serviu de base para políticas públicas de larga escala, como o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC), e o transformou em palestrante e instrutor, difundindo essa tecnologia social para diversas organizações não governamentais (ONGs), cooperativas de agricultores e órgãos de governo.

No sertão de Pernambuco, no Território Indígena Pankararu, quase às margens do Rio São Francisco, surge a voz forte e resiliente de Elisa Urbano Ramos. A ativista tem mais de uma década de engajamento em movimentos ligados ao campesinato, às causas indígenas, além dos direitos das mulheres e meninas. Mestre e doutoranda em Antropologia pela UFPE, coordena o Departamento de Mulheres Indígenas na A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. O Barracão Povos Indígenas **Elisa Pankararu** nasceu de um processo de construção coletiva para trazer protagonismo a quem, desde sempre, exerce a agroecologia na prática: as mulheres.



ELISA PANKARARU



RAQUEL KARIRI

Raquel Kariri é caatingueira do povo Kariri da Chapada do Araripe, jornalista, mestra em Literatura e doutoranda na Universidade Federal do Ceará, onde estuda a relação entre pessoas, bichos e plantas no Semiárido. Ativista climática há 20 anos e vencedora do prêmio Ancestralidades, ela atua no combate ao apagamento indígena das relações caatingueiras. Fundadora da Escola de Ancestralidades Kariri, sua pesquisa propõe uma virada epistemológica ao colocar os saberes tradicionais na mesma horizontalidade da academia, defendendo que os camponeses e comunidades tradicionais são, na verdade, especialistas da Caatinga. Para Raquel, este bioma é um espaço de raridade ontológica onde a floresta, a terra e os animais geram conexões raras de vida e magia, moldando um conhecimento único que brota do chão e resiste ao memoricídio histórico.



A Caatinga foi fator determinante para concretizar a ideia do que hoje conhecemos como Nordeste. Seu clima semiárido e o fenômeno das secas foi utilizado como justificativa para o subdesenvolvimento da região. A partir disso, as elites dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe criaram uma narrativa coesa que pudesse servir aos seus interesses políticos e econômicos, tornando o fenômeno climático uma questão política. Essa lógica fundamentou a chamada “Indústria da Seca”: a utilização de recursos públicos e de obras hídricas para fortalecer o patrimonialismo, o clientelismo e o coronelismo. Nessa estrutura, a pobreza era uma condição social útil para a manutenção do poder, na qual o acesso à água e aos bens públicos era trocado por favores políticos, mantendo a população rural em um ciclo contínuo de dependência e subordinação. Contudo, os povos da Caatinga sempre tiveram um senso coletivo aflorado, especialmente em condições exigentes, sejam elas climáticas ou políticas. A questão sempre foi de narrativa, de mostrar que este território possui potencialidades, saberes locais e ciência popular. E o principal: que estas comunidades estão em confluência, trocando experiências, técnicas e sementes e se engajando em lutas comuns, em prol do bem viver de todas as pessoas.



Um dos momentos mais marcantes da história dos povos da Caatinga foi o Arraial de **Canudos**, uma comunidade autônoma de mais de 30 mil pobres, ex-escravizados, camponeses e devotos construída às margens do Estado. Liderados pelo beato Antônio Conselheiro, os sertanejos ergueram Belo Monte, um ensaio inédito de sociedade auto suficiente e digna, livre do jugo dos coronéis e das taxas da recém-criada República. Ali, a produção agrícola e a terra eram coletivas, garantindo teto e alimento aos marginalizados pelo pós-abolição. Essa soberania comunitária gerou pânico nas elites, que viam o arraial como uma ameaça à ordem social e econômica. Alvo de intensa difamação, Canudos resistiu a três expedições militares, mas sucumbiu em 1897 sob o peso de um massacre estatal. O legado de Conselheiro e seu povo permanece como um dos maiores símbolos de resistência popular do Brasil.



Foto: Flávio de Barros/Arquivo Museu da República

CANUDOS

Liderados pelo beato José Lourenço, uma liderança religiosa negra, em terras cedidas pelo Padre Cícero Romão, centenas de flagelados da seca ergueram um refúgio autossustentável fundado na fé e no trabalho coletivo, em 1926, no Crato, cidade do cariri cearense, chamado de **Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**. Em um contexto de ausência de infraestrutura e políticas de convivência com as secas, foi crucial para a comunidade se estabelecer em uma região com “caldeirões”, depressões naturais nas rochas que acumulam água da chuva. O recurso era aproveitado para a irrigação dos cultivos, onde os habitantes trabalhavam e, posteriormente, distribuíam, armazenavam e vendiam o alimento produzido. Essa relação de convivência com a Caatinga provou que a autonomia popular era possível, o que alarmou as elites latifundiárias e a Igreja. Sob acusações de heresia e a falsa paranoia de ser uma célula comunista, o vilarejo foi dizimado pelo Estado em 1937, tornando-se um marco histórico de soberania e resiliência.



CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO

Entre 1934 e 1938, a divisa entre Bahia, Piauí e Pernambuco foi palco do movimento messiânico de **Pau de Colher**. Situada em Casa Nova, Bahia, e liderada pelo Beato José Senhorinho, a comunidade foi um polo de acolhimento para camponeses e retirantes que fugiam do coronelismo. Após a desarticulação do Sítio Caldeirão em 1936, o local, que antes servia de passagem, absorveu os sobreviventes e se expandiu com base em uma rotina de comunhão, partilha e rituais religiosos, que sustentavam a fé do povo enquanto lutavam por uma vida melhor, sinônimo de segurança alimentar e hídrica. A morte de Senhorinho acirrou as tensões internas e externas, tornando o arraial o alvo principal de elites regionais e forças republicanas. A repressão ao movimento culminou em quatro expedições policiais de estados vizinhos; a última delas, liderada por tropas pernambucanas em 1938, resultou na destruição completa da comunidade e na morte de aproximadamente mil sertanejos. Atualmente, a memória dessa resistência é preservada por meio de uma tradicional romaria anual realizada pelos moradores de Casa Nova.

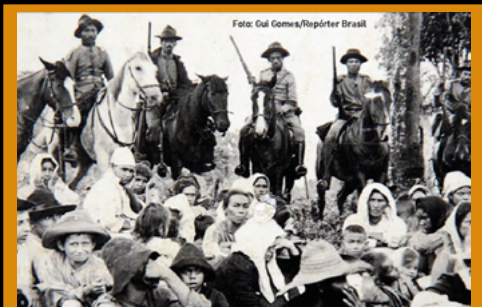


Foto: Cui Gomes/Repórter Brasil

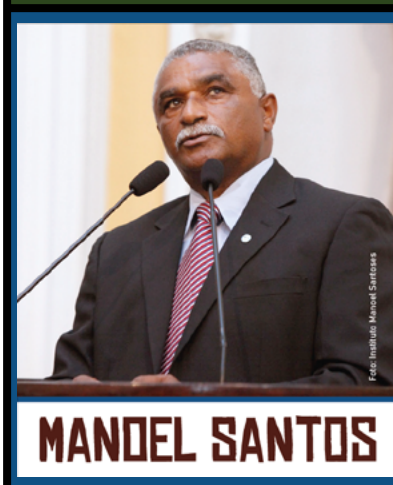
PAU DE COLHER

* Na ausência de fotografias da comunidade e seus modos de vida devido à baixa cobertura jornalística, optamos por inserir uma das únicas imagens disponíveis e de boa visibilidade sobre este movimento.



Em maio de 1991, cerca de dez mil agricultores e representantes de movimentos sociais, sindicais, pastorais e organizações não governamentais se reuniram em Serra Talhada, Sertão de Pernambuco, para lançar uma mobilização que reivindicava um projeto político de convivência com o Semiárido: o Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca (1989-1996). Durante os sete anos de atuação, o **Fórum Seca** realizou seminários, articulações políticas e atos públicos com o objetivo de enfrentar a questão da seca pelas vias políticas, partindo do princípio de que as consequências desse fenômeno climático eram causadas pela falta de políticas públicas e a corrupção das elites nordestinas. O movimento teve conquistas significativas na difusão do conceito de “Convivência com o Semiárido” e na garantia de direitos para os povos da Caatinga.

Quando as reuniões para estruturar o Fórum Seca começaram, um dirigente sindical foi fundamental para agregar força e estratégia política ao movimento. Nascido em 1947, em Serra Talhada, no Sertão de Pernambuco, **Manoel Santos** trabalhou desde criança com a agricultura, assim como seus pais. Sua trajetória iniciou com o ingresso no Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Serra Talhada, onde se tornou um “um trabalhador a serviço das lutas”. Além de ter sido coordenador do Fórum Seca, também foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), presidente da Federação de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco (Fetape) e presidente da Confederação Nacional da Agricultura Familiar (CONTAG). Manoel de Serra, como era conhecido, também foi o primeiro agricultor familiar a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Em sua homenagem, a data de sua partida, 19 de abril, foi instituída por lei como o Dia Estadual dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais em Pernambuco, além de ser celebrado como feriado municipal na mesma categoria em Serra Talhada.



**ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO**

Após a dissolução do Fórum Seca, o processo de mobilização da sociedade civil por um projeto de convivência com o Semiárido continuou resiliente. Em 1999, na ocasião da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), diversas organizações lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro, um documento orientador de medidas para o desenvolvimento sustentável da região. A principal das considerações era a formulação de um programa para construir cisternas para garantir o acesso à um direito fundamental para a dignidade humana. É nesse contexto em que a **Articulação Semiárido Brasileiro** é criada, com a assinatura conjunta de 61 organizações iniciais, que construíram e apresentaram ao Governo Federal o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), assumido como política pública, oficialmente, em 2003. Atualmente, a ASA é formada por mais de três mil organizações, entre sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, e integra vários fóruns de construção, monitoramento e controle de políticas públicas.

Quando as discussões para transformar a realidade do sertão exigiram articulação e estratégia de base, um intelectual soteropolitano foi fundamental para agregar força política e popular ao movimento. Nascido em 1940, em Salvador, **Naidison de Quintela** Baptista formou-se em Filosofia e Teologia, mas escolheu o Semiárido como sua causa de vida. Sua trajetória ganhou força em Feira de Santana, onde fundou o Movimento de Organização Comunitária (MOC) para combater o coronelismo através da autonomia social de base. Naidison também foi um dos idealizadores e fundadores da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), rede que revolucionou a região ao substituir a “indústria da seca” pelo conceito de Convivência com o Semiárido, coordenando a histórica meta de descentralizar o acesso à água com a construção de mais de 1,3 milhão de cisternas. Para ele, conviver com a Caatinga era, acima de tudo, reconhecer a inteligência e a capacidade de luta de sua gente.



NAIDISON DE QUINTELA

A voz de Maria **Vanete Almeida** é uma recordação doce e afetuosa de muitas mulheres mundo afora. Nascida em 1943, numa comunidade rural de Custódia, Sertão de Pernambuco, sua vida esteve profundamente ligada à defesa das trabalhadoras rurais do Semiárido e da América Latina. Seu trabalho começou na adolescência, como voluntária de causas socioassistenciais, e foi assim que desenvolveu seu ofício de educadora popular. Nas áreas rurais de Serra Talhada, onde cresceu e viveu, impressionou por sua capacidade didática e mobilizadora, sendo convidada pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco (FETAPE) para ser assessora técnica. Muitas vezes, era a única mulher a participar das assembleias e reuniões, então passou a questionar essas ausências e incentivar as agricultoras à participação política. Sua liderança e compromisso com o empoderamento feminino a levou para encontros feministas internacionais, à criação do Encontro de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (ENLAC), à criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central (MMTR-SC), à integração no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, formulando políticas públicas e à presidência do Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR). A memória de Vanete Almeida permanece viva, eternizada nos corações daqueles que a conheceram e nas homenagens prestadas pelo movimento rural.



VANETE ALMEIDA





Foi na Aldeia Canabrava, na Serra do Ororubá, em Pesqueira, Pernambuco, que nasceu, em 1950, Francisco de Assis Araújo, ou **Cacique Xicão Xukuru** do Ororubá, uma liderança fundamental para a retomada da espiritualidade e do Território Indígena Xukuru. Caminhoneiro nas estradas de São Paulo, Xicão passou por problemas de saúde que se resolveram depois de uma promessa à Mãe Tamain, Nossa Senhora das Montanhas, de que voltaria para trabalhar com seus parentes indígenas quando estivesse saudável. Depois de ser escolhido como Cacique do povo Xukuru do Ororubá, em 1989, ele iniciou um processo de retomada das práticas tradicionais de agricultura, educação e curas físicas e espirituais. A luta pela retomada da terra, no entanto, já era uma questão para ele antes mesmo do cacicado: em 1988, esteve presente na Assembleia Constituinte e ajudou a consolidar artigos que garantiriam os direitos dos indígenas brasileiros. Logo depois, iniciou um processo de unificação das aldeias Xukuru, incentivando também a educação política e o chamado para lutar por seus direitos ao território. Segundo Xicão, “um graveto sozinho quebra, mas, se juntar um molho, fica difícil de quebrar”. E, de fato, não quebrou. Com ajuda dos Encantados e da ciência da mata, os Xukuru conseguiram demarcar suas terras, e deram continuidade à luta mesmo depois que seu Cacique foi assassinado. O que dizem é que Xicão Xukuru foi plantado, e dele nasceram novos guerreiros.



Com o avanço da crise climática, diversas lideranças mundiais passaram a pressionar a progressão concomitante da agenda climática de seus respectivos países. No entanto, a forma como cada país cumpre com seus objetivos é desigual. O mercado de créditos de carbono é um exemplo: as nações mais poluidoras compram esses ativos para compensar suas metas de emissão sem reduzir sua atividade poluente, criando um cenário em que o esforço prático de conservação e transição ecológica é terceirizado para o Sul Global. Falando em transição energética, países do Norte Global extraem minérios básicos e metais de terras raras dos países do Sul Global para fabricar painéis solares, turbinas eólicas e baterias elétricas. Quando instalados de forma irregular, principalmente em países com menos contribuição para a crise climática, esses geradores de energia impactam negativamente o meio ambiente, os seres vivos e seus modos de vida, enquanto a produção é enviada para os países desenvolvidos. Esse tipo de relação recebe o nome de **Colonialismo Verde**, uma dinâmica que privilegia as demandas ambientais das nações ricas em detrimento das regiões periféricas.



COLONIALISMO VERDE

A Caatinga também enfrenta uma questão de narrativa: seu território é geralmente enquadrado como pouco produtivo, tecnológico e escasso em conhecimentos, apesar dos povos do Semiárido demonstrarem continuamente seu potencial resiliente e criativo. No contexto de mudanças climáticas e do colonialismo verde, a permanência desse estigma impede a discussão e criação de políticas de proteção ao bioma contra a predação por empresas, a degradação e a desertificação. Atualmente, o estado de Pernambuco é o sexto maior produtor de **energia eólica** do Brasil. Muitos dos parques eólicos operam próximo a comunidades rurais e indígenas, sem uma legislação específica que determine a distância das turbinas para as moradias, ou fiscalize a manutenção delas. O resultado é uma série de problemas ambientais e de saúde, como estresse e afastamento dos animais de seus habitats, desmatamento, conflitos de terra, insônia, ansiedade, depressão e perda de audição. Por isso, é preciso debater formas de avançar com a transição energética no Brasil respeitando os territórios e os seus viventes.



ENERGIA EÓLICA

Foto: Arnaldo Sete/Marco Zero Conteúdo



Em fevereiro de 2025, o prédio da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), no Recife, foi ocupado pelo Povo Kapinawá e por famílias agricultoras de Caetés e Venturosa, municípios do Agreste de Pernambuco. Os Kapinawá exigiram a não concessão da licença prévia para construção de um complexo eólico no Território Indígena. Já os agricultores, que há 10 anos vivem as consequências de aerogeradores, pediram a paralisação das turbinas, medidas de reparação dos danos causados às comunidades e a determinação de uma distância mínima entre as torres e as moradias. A ocupação durou dois dias e teve como resultado o atendimento da exigência Kapinawá e a abertura de um processo de acordo entre os camponeses, o governo estadual e a empresa responsável pelo complexo eólico.



O que hoje conhecemos como um gênero musical foi, por muito tempo, o sinônimo de festa. Os povos da Caatinga sempre celebraram a vida através da arte e, na música, isso se materializou através de foles de oito baixos, pífanos, rabecas e instrumentos de percussão. O termo **forró** nasce da palavra banto-africana “forrobodó”, que significa algazarra ou bagunça, uma associação comum aos festejos das classes populares, que se tornam mais intensos no mês de junho, quando a poeira sobe e o povo agradece aos santos católicos pelas chuvas e a boa colheita. É por isso que essa bagunça boa, embalada por ritmos como xote, xaxado e baião, se tornou símbolo de memória afetiva e resistência cultural. Mas, pro resto do Brasil, esse rebanho de estilos foi amontoado em um só termo: forró, um gênero marcado pela sanfona, triângulo e zabumba. O responsável foi o rei do baião Luiz Gonzaga, que cantava sobre a vida na Caatinga, a migração, o amor e a saudade. Desde então, o forró continuou a se transformar em sintonia com seu povo, resultando em novos ritmos como o forró universitário, eletrônico, de vaquejada e o piseiro.



FORRÓ



LUIZ GONZAGA

De “sanfoneirinho sem futuro” até militar reprovado como músico por não conhecer a escala musical, um jovem pernambucano de Exu revolucionou a cultura popular brasileira, abrindo os caminhos para os sons e histórias do Semiárido chegarem ao resto do Brasil. **Luiz Gonzaga** do Nascimento chegou ao mundo no ano em que o Brasil comemorou o Carnaval duas vezes, em 1912. O homem que daria outro motivo de festa ao país teve uma trajetória de idas e vindas: foi músico em Exu, se alistou ao exército em Fortaleza e, depois de passar por conflitos em todo o Brasil, em 1939, ficou como sanfoneiro no Rio de Janeiro. Foi lá que se destacou por tocar a música de sua terra, com trajes e sotaque típicos do Semiárido. Em 1945, depois de passar por diversos concursos de música, gravou sua primeira, sendo convidado para gravar um disco logo em seguida. Daí em diante, a história que todo mundo já conhece: foi coroado o Rei do Baião, articulador da cultura popular e padrinho de tantos outros nomes do forró, como Marinês e Dominginhos. Seu legado é celebrado até hoje, e o desejo que proferiu antes de morrer se cumpriu: o povo não deixou o forró morrer.





COCO

Ao som do **COCO** de Dona Zeza do Quilombo Castainho, conhecemos as tradições e memórias da sua comunidade. Mãe Neta, Seu Izídio, Manoel, os cuidados com a terra, a luta quilombola, todas essas pessoas e elementos são eternizados pelos instrumentos de percussão, a dança de roda, os passos binários e a cantoria em coro, que responde o refrão ao/à cantador/a. Entretanto, o Coco do Castainho é um entre a diversidade de formas de tocar, dançar e cantar esta expressão cultural, tanto em Pernambuco quanto nos outros estados do Nordeste. Certo é que o Coco nasce da diáspora africana no Brasil, relacionado com o trabalho, a coletividade e a resistência negra. No Castainho, ele foi trilha sonora durante a construção das casas da comunidade: as pessoas se reuniam, pilavam o chão dançando e comemoravam ao fim do trabalho. Nessa pisada, o Coco é a reafirmação da identidade quilombola e o elo com as memórias e tradições ancestrais.

Inês Caetano de Oliveira, pernambucana e escorpiana de 1935, foi a primeira mulher a formar um grupo de forró. Como artista, se consagrou **Marinês**, para que seu pai não descobrisse que cantava pelas rádios, afinal, não era bem visto que uma mulher se dedicasse à carreira musical no século passado. A tentativa de passar despercebida, no entanto, foi em vão. Sua voz retumbante e interpretação única abriram caminhos para tantas outras mulheres do forró. Ela se apresentava vestida de Maria Bonita, com chapéu de couro e sandálias de couro, ideais para dançar o Xaxado, motivo pelo qual Luiz Gonzaga a consagrou Rainha do Xaxado. Cantora das belezas e dos costumes do povo nordestino, e com a coragem digna de uma cangaceira, Marinês gravou mais de 40 discos, apresentou um programa ao vivo e escreveu uma história de resiliência e de amor à cultura do Semiárido.



MARINÊS

Foi **Kara Véia** quem fez vaqueiros de todo o Brasil sonharem como ele sonhou: loucos sonhadores, perdidos de amores, sem nem saber quem são de tanto amar. Nascido em 1973, em Chã Preta, Zona da Mata de Alagoas, Edvaldo José de Lima foi um dos principais compositores e intérpretes do forró de vaquejada, traduzindo o cotidiano, dores, amores e festas das pessoas que vivem no campo e na cultura da vaquejada. O apelido de criança, dos tempos que ajudava a criar cavalos, se tornou o nome artístico nos bares e festas do interior em que se apresentava, desde a adolescência, cantando toadas e músicas de outros artistas. Kara Véia construiu sua carreira a passos de formiga, cantando por pouca ou nenhuma remuneração, fazendo amizade com empresários e políticos e cavando oportunidades para gravar discos. Em parceria com os arranjos e produção do sanfoneiro Xameguinho, Sebastião José Ferreira Maximino, nasceram clássicos do forró, como "Foi Você", que fez sucesso nacional em 2001. No início, a dupla viajava e se apresentava de forma precária e improvisada, criando os arranjos no palco. Juntos, transformaram a melancolia do aboio de vaqueiro em um sucesso comercial e construíram uma cumplicidade musical marcante, que reverbera até hoje em grandes nomes do forró e do piseiro.



KARA VÉIA



JOÃO GOMES

Serrita, a capital do vaqueiro, localizada no sertão de Pernambuco, está habituada às vozes fortes que entoam o aboio e o forró. O resto do país, no entanto, se impressionou ao conhecer a potência dessa tradição através do jovem João Fernando Gomes Valério. Com um timbre grave e profundamente influenciado pelas canções de vaquejada, ele se destacou pelo seu estilo agregador e renovador: inspirando-se em Luiz Gonzaga, Kara Véia e Dominginhos, ao mesmo tempo que, como a Caatinga, se adapta a distintos gêneros musicais, como rap, funk, mpb e pagode. **João Gomes** já figura entre os grandes nomes da música brasileira, reconhecido pelo carisma, autenticidade e por ser incentivador fervoroso da cultura popular nordestina, desde o movimento armorial e o forró pé-de-serra até o piseiro e o mangubeat, sem excluir ninguém.

Existe uma crença de que, quem bebe das águas do Rio Pajeú, vira poeta. Talvez seja por isso que, desde criança, **Jéssica Caitano** despertou para a poesia e a arte. Nascida em Triunfo, no Sertão de Pernambuco, a multiartista é cantora, compositora, coquista, rapper, percussionista, arte-educadora, ativista LGBTQIAP+, curadora e produtora cultural. Como um dos grandes nomes contemporâneos da música popular brasileira, ela demonstra que as sonoridades que saem do Nordeste são maiores que a delimitação do “regional”: é uma arte que canta a identidade de quase 30% da população nacional. Foi assim que Jéssica transformou o Pajeú em fluxo de rima e batuque, traduzindo as paisagens, as gentes e as histórias do Semiárido. De maneira visceral, ela hackeia as métricas tradicionais ao unir a poesia popular do repente nordestino ao peso do rap e dos beats eletrônicos, resultando no que batizou de “eletrecoco moderno”: uma sonoridade singular que reinventa o coco e a ciranda pernambucanos.



JÉSSICA CAITANO



BIA PANKARARU

Beatriz Pankararu é uma jovem liderança, ativista dos direitos humanos, comunicadora e produtora audiovisual e cultural do povo indígena Pankararu, do Sertão de Pernambuco. Agitadora cultural desde a adolescência, sua trajetória está marcada pelo ativismo comunitário, pela atuação como agente da saúde indígena e pela utilização do audiovisual como ferramenta de preservação da memória e de denúncia política. Como roteirista e produtora da rede Povo Pankararu e curadora em festivais de cinema indígena, ela atua na desconstrução de estereótipos sobre os povos originários do Nordeste. Sua atuação fortalece a visibilidade da resistência Pankararu e garante a documentação histórica das lutas de seu Território, transformando a arte em proteção identitária e um instrumento coletivo de transformação social, como no filme “Rama Pankararu” de 2022.

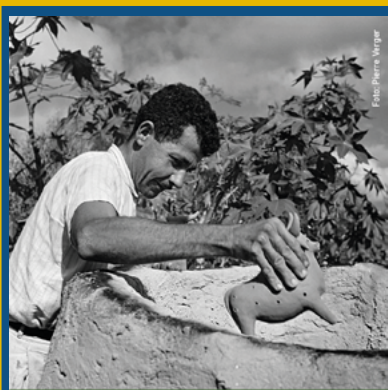


Maria José Lopes Isídio nasceu e cresceu no Quilombo Castainho, em 1966, em Garanhuns, Pernambuco, onde construiu uma das histórias mais potentes da cultura quilombola do Nordeste. Desde criança, aprendeu o samba de coco com a mãe Marinete, a avó Maximina e o tio Afonso, nas casas de farinha, no ritmo da vida do quilombo. Há cerca de 20 anos, transformou o quintal de casa no Espaço Cultural Zeza do Coco, onde crianças e jovens aprendem percussão, coco e as histórias do seu povo. Mestreira, compositora e liderança comunitária, **Dona Zeza do Coco** fundou as Guerreiras Quilombolas do Castainho, associação que organiza mulheres em torno da dança, da agricultura, do artesanato e da luta por direitos. Suas composições nascem das memórias do quilombo e chegam a outras comunidades da região, levando junto identidade, resistência e o convite para dançar.



FESTA DE SÃO JOÃO

As festas juninas têm origem em rituais pagãos ibéricos de celebração da fertilidade e da colheita ao redor de fogueiras. O cristianismo incorporou a tradição e a Igreja Católica a transformou em homenagem aos santos católicos Santo Antônio, São João Batista e São Pedro, celebrados entre os dias 12 e 29 de junho. Os portugueses trouxeram o costume para o Brasil no século XVI, onde ganhou novos contornos com a mistura das culturas indígena e africana. O **São João** é hoje a maior festa popular do Brasil, com auge no dia 24 de junho. No Semiárido, é também celebração da colheita e da fertilidade da terra, marcada pelo forró, xote e baião, pelas quadrilhas, pelas fogueiras e pela culinária de milho, mandioca e amendoim. Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, realizam os maiores festejos do mundo.



MESTRE VITALINO

Nascido em 1909, ali no Alto do Moura, em Caruaru, o menino Vitalino Pereira dos Santos cresceu com as mãos na argila. Com 6 anos, ele criava seus próprios brinquedos a partir das sobras do barro que sua mãe, Dona Lourença, usava para produzir panelas. Engenhoso como era, ainda vendia suas estripulias na Feira de Caruaru para ajudar em casa. Conforme crescia, o menino transformava sua realidade em arte, esculpindo animais, cangaceiros, vaqueiros, médicos, festas juninas, retirantes, feirantes, entre tantas outras personagens, numa verdadeira crônica dos modos de vida dos povos do Semiárido. Tornou-se **Mestre Vitalino**, a referência de tantos artesãos que, até hoje, dão continuidade ao seu legado no Alto do Moura, que virou o Maior Centro de Artes Figurativas das Américas pela UNESCO.

No Alto do Moura, em Caruaru, a arte do barro é uma tradição que atravessa gerações. Lá, as crianças moldam suas memórias, desejos e poesias através da terra, assim como Mestre Vitalino e **Mestra Nicinha Otília** começaram. À ela, desde cedo foi dito que tinha uma fábrica nas mãos, e Cleonice Otília da Silva, da ordem de 1957, seguiu o conselho, produzindo arte figurativa, peças utilitárias e trabalhos experimentais, nos quais imprime sua imaginação, quase que sonhando acordada. Segundo ela, que recebeu o diploma de Notório Saber pela Universidade Federal de Pernambuco, o barro é poesia modelada com as mãos. Além de contribuir para a valorização da tradição do ouro negro do Alto do Moura, Mestra Nicinha também pegou na mão de outras mulheres artesãs e, juntas, fundaram a Associação de Mulheres Artesãs Flor do Barro, que hoje reúne mais de 70 mulheres poetizando a arte e a vida do Semiárido.



MESTRA NICINHA OTÍLIA



PATATIVA DO ASSARÉ

Se seu verso é como a semente, que nasce em riba do chão, **Patativa do Assaré** floresceu como uma das maiores referências da cultura popular. Antônio Gonçalves da Silva foi filho de agricultores do Cariri cearense, da safra de 1909. Tal qual o passarinho cantador do sertão, ficou conhecido pela musicalidade e defesa da terra em seus versos, marcados pelos regionalismos e linguagem dos povos do Semiárido. Utilizou da poesia para expressar a realidade dos sertanejos, desde a seca, migração e fé até reforma agrária e desigualdade social. Patativa cantou as fulô e os aboio, e viu em todas as coisas daqui um verso se bulir, denunciando a injustiça e exaltando as belezas e potencialidades da Caatinga.



"Fui buscar inspiração no altar do infinito / Eu quero deixar escrito / A minha história completa / Que eu nasci para ser poeta / De São José do Egito". Quem criou esse verso foi a poeta, repentista, cantora e violeira **Luzia Batista**, da ordem de 1952, filha de agricultores e voz fundamental para a poesia do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Incentivada pelo pai, começou a participar de rodas de improviso desde cedo, aos 14 anos. Seu repertório poético foi construído desde a infância, memorizando cordéis lidos por sua mãe, além de ouvir atentamente os programas de rádio, meio onde se apresentava, ficou conhecida e passou a receber convites para cantorias. Por muito tempo, Luzia foi a única mulher a ocupar as rodas de repente. Sempre muito respeitada e profundamente apaixonada por sua arte, ela exerceu a profissão até os 30 anos, quando se casou e mudou-se para São Paulo. Mesmo após o afastamento dos palcos, a poesia permanece viva como sua forma de ler e sentir o mundo. Esse legado foi eternizado em projetos musicais e literários, celebrando a trajetória de uma mestra cantora que abriu caminhos para a autonomia das mulheres na poesia do Pajeú.



LUZIA BATISTA



ESPEDITO SELEIRO

Lampião, certa vez, teve uma ideia para confundir seus perseguidores: calçar sandálias quadradas, pois não indicavam direção alguma. Mandou um de seus homens encomendar o trabalho a um famoso artesão da região do Cariri cearense, chamado Raimundo. Quando o homem voltou para pegar a peça, e disse que levaria para Capitão Virgulino, o artesão não quis mais conversa, disse para que levasse e fosse simhora. Mal sabia ele que esse modelo seria uma das peças mais famosas do seu ateliê em Nova Olinda, Ceará. E porque "casa de pai é escola de filho", o filho de Seu Raimundo, Espedito Veloso de Carvalho, deu continuidade e expandiu seu trabalho, ficando conhecido como **Espedito Seleiro**. Nascido em 1939, ele revolucionou a arte do couro ao transformar peças tradicionais de selas, gibões, roupas, sapatos e bolsas do Semiárido em modelos de cores vibrantes, arabescos e designs geométricos únicos, inspirado pelas vestimentas de ciganos. Seu estilo, que já foi exposto nas passarelas de alta moda, no cinema e no design internacional, virou uma escola estética, sendo replicado por diversos outros artistas nordestinos, mostrando a força desse mestre em manejar o couro e transformá-lo em poesia eterna para vestir o mundo.

AS EXPERIÊNCIAS



TROCAS DE SEMENTES E DE SABERES NO SEMIÁRIDO: ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA EM REDE



No Agreste pernambucano, movimentos sociais, indígenas e quilombolas, cientistas e militantes da agroecologia se articulam para defender a continuidade das sementes crioulas, através da Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede SEMEAM). O objetivo é empoderar agricultoras/es locais como guardiões da biodiversidade da Caatinga, resgatando saberes ancestrais e produzindo alimentos saudáveis. Para isso acontecer na prática, a Rede aposta nos bancos de sementes, que são o epicentro de mutirões coletivos de plantio, colheita e eventos focados em trocar conhecimentos e estratégias de colheita e beneficiamento de sementes. Criado em 2018, o **Banco Municipal de Sementes Crioulas de Jucati** é um exemplo de engajamento político e afetivo, capacitação e partilha de variedades. As sementes representam, para a comunidade, uma colheita de autonomia, soberania alimentar e adaptação ao aumento das temperaturas.

As sementes crioulas são variedades genéticas adaptadas ao bioma, selecionadas a partir da observação de padrões da natureza, como chuvas, dinâmicas de colheitas e hábitos de insetos, uma prática comum em comunidades rurais, indígenas e quilombolas. O cuidado dessas populações com a estocagem das sementes nos possibilitou a preservação e manutenção do patrimônio genético e da biodiversidade da Caatinga ao longo dos séculos. Este é um processo constituído por fluxos coletivos, com participação ativa das mulheres e das juventudes, que possibilitam a troca de informações, reflexões e articulam espaços de mobilização e organização social. As casas ou **bancos de sementes** contribuem não só com o compartilhamento de espécies, mas também dos seus conhecimentos associados, que representam um modo de vida sustentável e resiliente, capaz de resistir às mudanças climáticas, ao avanço das indústrias sobre os territórios e ao uso de insumos agrícolas maléficos para o solo.



DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: TECNOLOGIAS SOCIAIS NA CAATINGA



SÍTIO CARUÁ [VERTENTES]

Na Caatinga, seu povo aprendeu a viver em convivência com a natureza, respeitando e lidando com condições climáticas exigentes por meio de tecnologias e saberes ancestrais. Esse conjunto de conhecimentos possibilita qualidade de vida e geração de renda. No **Sítio Caruá**, a família de Dona Cilene e Seu Zé Bocão, junto de seus filhos Estefany e Júnior, construíram um sistema produtivo integrado: a água chega pelas cisternas, passa por um sistema de dessalinização, faz seu trabalho produtivo e doméstico e, antes de ir embora, ainda dá uma volta pelo Sistema de Reúso de Águas Cinzas para irrigar o Sistema Agroflorestal. Cada gotinha é muito bem aproveitada! O SAF da família também produz milho, feijão, abóbora, mandioca, coentro, alface, couve, rúcula, salsa, beterraba, cebolinha, espinafre, ervilha, alcachofra, jiló e abacaxi. Tudo no mesmo quintal onde criam abelhas sem ferrão, peixes e galinhas, e que, de presente, refresca a casa inteira com sua sombra. Essas culturas são preservadas em um banco de sementes próprio, construído através de trocas com outros agricultores e organizações.

As **cisternas**, reservatórios projetados para captar, armazenar e conservar água da chuva, têm sua origem em uma prática milenar. No Brasil, essa tecnologia ganhou uma reinvenção adaptada ao Semiárido e seus longos períodos de estiagem. A água da chuva que cai nos telhados das casas é recolhida por calhas e conduzida por canos até o filtro de sedimentos, que retém folhas e impurezas físicas, garantindo que apenas a água limpa seja armazenada na cisterna protegida da luz e do calor. O resultado foi uma revolução na questão hídrica da região, garantindo acesso à água e qualidade de vida aos povos originários e comunidades tradicionais do território, e irrigando quintais produtivos e agroflorestas por todo o Semiárido. As cisternas estão divididas entre a de primeira água, de 16 mil litros para consumo humano, e a de segunda água, de 52 mil litros para produção de alimentos e criação de animais. Seu processo de implementação é executado em coletivo e com envolvimento comunitário e capacitações que abordam aspectos políticos, de gestão pública, gênero e violência contra a mulher. Construir um reservatório significa, ao mesmo tempo, eliminar a necessidade de caminhar longas distâncias em busca de água e empoderar mulheres, agricultores/as e juventudes para compreender seus lugares, importância e atuação.



CISTERNA DE PLACAS

O **Sistema de Reúso das Águas Cinzas (RAC)** surge da observação do cotidiano das comunidades do Semiárido, em especial das mulheres, que sempre utilizaram o resíduo de chuveiros, cozinha e lavanderia na irrigação de plantas medicinais, forrageiras e frutíferas, produzindo alimentos ao mesmo tempo em que economizam o recurso. A água é primeiramente direcionada para uma caixa de gordura, onde os óleos e restos de sabão são retidos, e logo após, segue para um tanque de filtragem composto por camadas de materiais físicos e biológicos e de um minhocário que digere matéria orgânica. O líquido tratado segue para um tanque que o distribui via irrigação por gotejamento, para evitar o contato direto com as folhas ou o desperdício por evaporação. A filtragem também gera o húmus de minhoca, usado como excelente adubo. Dessa forma, o RAC se torna um importante aliado na manutenção das Agroflorestas e da criação de animais.



REÚSO DE ÁGUAS CINZAS



BIODIGESTOR

O **biodigestor** é uma tecnologia que trata matéria orgânica por meio da biodigestão anaeróbica (sem oxigênio), sendo considerado sinônimo de autonomia energética, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental para as famílias camponesas. Funciona como um sistema fechado, onde a fermentação do esterco de animais libera o gás metano, utilizado como gás de cozinha, e o resíduo se transforma em um biofertilizante rico em nutrientes e livre de odores. O biodigestor reduz a pegada de carbono das famílias, ao utilizar o metano; reduz o desmatamento voltado para a lenha; e possibilita autonomia financeira, reduzindo os gastos com botijão de gás comercial e com a compra de adubos químicos industriais. Além disso, a tecnologia fecha o ciclo perfeito da economia circular no campo: o biofertilizante estimula a produção de hortaliças e forrageiras, os animais se alimentam melhor, produzem mais esterco e o ciclo recomeça, mais forte e produtivo.

CURIOSIDADE

As cisternas mais antigas conhecidas surgiram no período Neolítico, por volta de 3500 a.C., na região do Levante, área que hoje corresponde ao Líbano, Síria, Israel e Palestina. Essas estruturas eram escavadas no solo e revestidas com cal impermeável para captar e armazenar água da chuva, e já eram elementos centrais da agricultura em terras secas.

FLORESTAS DE ALIMENTOS: O PAPEL DA AGROFLOR NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR



Foto: Ana Lira/Caatinga Climate Week

No Agreste de Pernambuco, a **Associação dos Agricultores/as Agroecológicos/as de Bom Jardim**, Agroflor, nasceu do desejo coletivo de agricultoras/es familiares de transformar sua qualidade de vida fundamentada na prática da agrofloresta agroecológica. Com quase 30 anos de produção, os/as trabalhadores/as perceberam o aumento da produção, a diversidade de cultivos, o incremento na rentabilidade das famílias e a efetiva melhoria na saúde e na qualidade de vida das pessoas. Tudo isso foi possível graças aos intercâmbios de conhecimentos com o agricultor suíço Ernst Götsch e com o agricultor pernambucano Jones Pereira, o primeiro a implantar uma agrofloresta no estado. Somados à assistência técnica do Centro Sabiá, esses saberes se transformaram em florestas produtivas na Caatinga. São cerca de 300 variedades de alimentos in natura e beneficiados, comercializados nos programas PAA e PNAE e nas feiras agroecológicas dos municípios vizinhos até o Recife, com pelo menos 50% da produção sendo feminina. Entre feiras animadas, com troca de experiências, debate e discussão, e formações comunitárias que fortalecem a união e o coletivo, a Agroflor resiste frente às dificuldades trazidas com as mudanças climáticas, especialmente a escassez de chuva. Acima de tudo, nos mostra autênticas experiências de transição agroecológica, numa convivência com o Semiárido pautada no cuidado com o solo, com a água, e especialmente com as pessoas.



SISTEMA AGROFLORESTAL

As florestas são ecossistemas onde diferentes espécies coexistem em cooperação. Uma florzinha alimenta uma abelha que, ao polinizá-la, gera o fruto que sacia a fome do periquito-da-caatinga. Ele, por sua vez, espalha as sementes para criar mais floresta. É essa nova vegetação que protege o solo, mantém as nascentes vivas e garante que a água continue brotando da terra. O **Sistema Agroflorestal (SAF)** é um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente. Ao manter a terra coberta e associar múltiplas espécies na mesma área, o SAF fortalece o solo, previne a erosão, reduz pragas e dispensa o uso de venenos. Além de recuperar o meio ambiente, esse modelo garante uma produção variada e de alta qualidade, gerando autonomia financeira para as famílias agricultoras por meio do beneficiamento e da comercialização dos produtos. As agroflorestas são mais resilientes às secas, devido à sua diversidade e microclima, e são fundamentais para o combate à crise climática, pois adaptam o território às mudanças de temperatura e retiram grandes quantidades de gás carbônico da atmosfera.



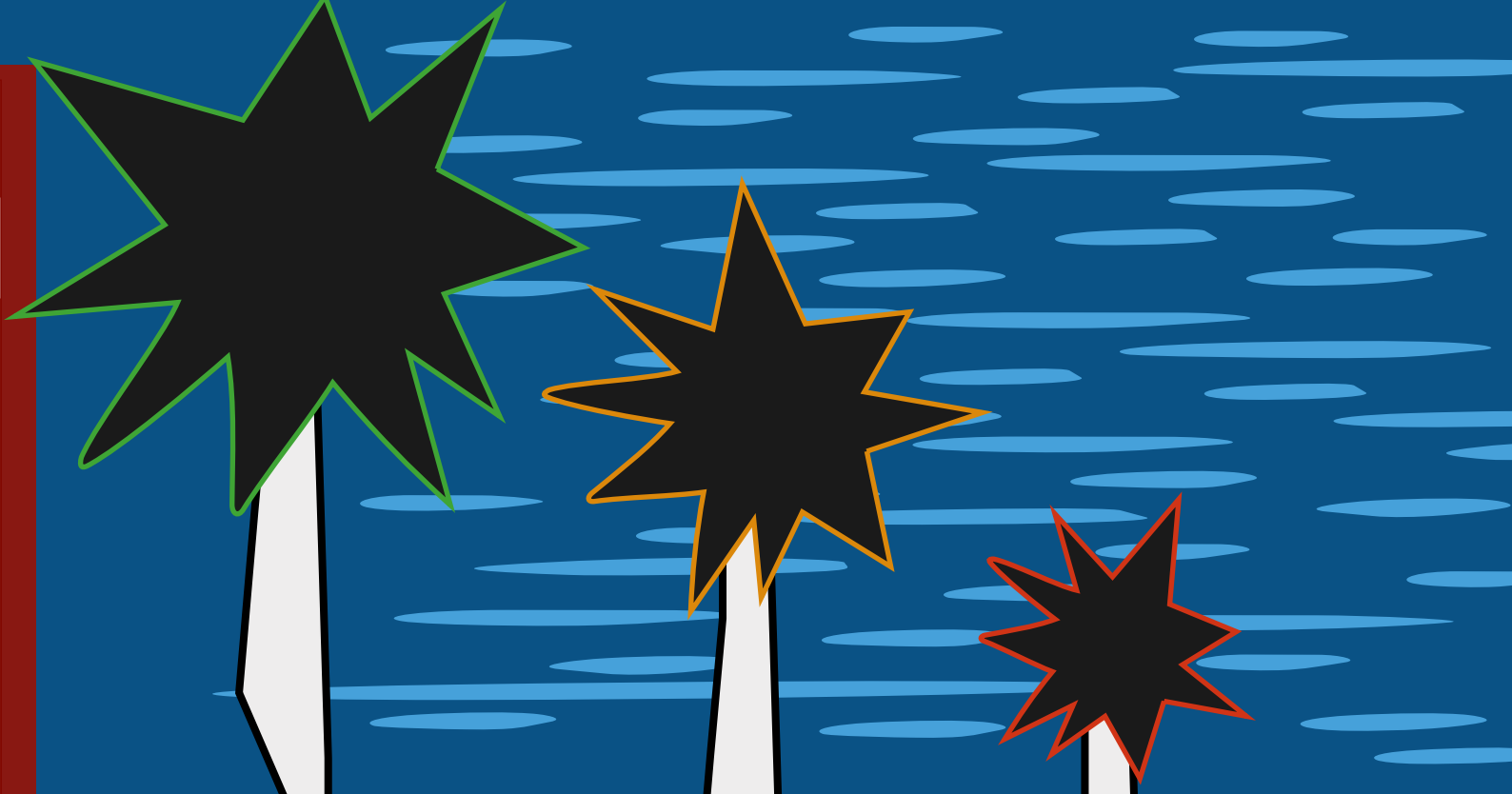
MULHERES NEGRAS E A LUTA POR JUSTIÇA CLIMÁTICA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Foto: Beto Figueiroa



No alto do Planalto da Borborema, no microclima de brejo de altitude, a Caatinga se apresenta de outra forma, com temperaturas mais frias e um índice pluviométrico maior. É neste ambiente, a mais de 800 metros acima do nível do mar, que os **Quilombos Estivas e Castainho** manejam os recursos naturais de forma sustentável, nos ensinando sobre adaptação climática por meio da gestão consciente da água. A comunidade se destaca pelo plantio de hortaliças e a construção de quintais produtivos que, abastecidos pelas cisternas, contribuem para a qualidade do solo e a produção de alimentos nutritivos e agroecológicos. Entre os produtos cultivados estão o coentro, cebola, alface, couve-flor, macaxeira, batata-doce, feijão e milho, além da criação de abelhas nativas, peixe e porcos, que vem sendo expandida através de políticas públicas de incentivos rurais. Além do trabalho no campo, os quilombos desenvolvem múltiplas faces da arte: o artesanato, a música e a dança, integrando mulheres e jovens às tradições. Castainho e Estivas articulam o manejo do solo, o conhecimento de plantas medicinais, a convivência com o Semiárido e a beleza artística, que mantém vivos os saberes tradicionais e a resiliência política.





O DESENVOLVIMENTO QUE AMEAÇA: AS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA CAATINGA

Reduzir os combustíveis fósseis é a meta número um de quem está na luta pelo clima, contudo, para esse plano dar certo, precisamos avançar com a transição energética para fontes renováveis. O Brasil é uma das referências mundiais nesse sentido, com pelo menos 50% de sua matriz energética advinda de fontes ditas limpas. É um motivo de orgulho, né? Mas o buraco é bem mais embaixo. Iniciativas como a **Escola dos Ventos** mostram que uma transição energética feita sem olhar para o ecossistema e para o modo de vida das pessoas prejudica tanto quanto os combustíveis poluentes. Criada em 2023 por famílias agricultoras do Agreste de Pernambuco, a Escola é um espaço de articulação política, afeto e formação crítica para formular caminhos de justiça climática. Ao lado de militantes da agroecologia, da cultura popular e do movimento camponês, além de parceiros como a Comissão Pastoral da Terra, a Fiocruz e a REMISCA/UPE, os militantes discutem a degradação das casas, o estresse dos animais, o adoecimento de seus familiares e as injustiças sociais no embate entre empresas e comunidades que vivem na região há gerações, mas agora estão sendo obrigadas a migrar – ou a permanecer em condições desgastantes. Dito isso, estamos mesmo falando de energia limpa ou de predação?



RAIZ, REZA E RESISTÊNCIA NA SERRA DO ORORUBÁ



O Território Indígena Xukuru possui 27 mil hectares localizados na Serra do Ororubá, na região Agreste de Pernambuco. Ali vivem mais de 8 mil indígenas distribuídos entre 24 aldeias, o que os torna a etnia mais populosa do estado. O nome do povo remete ao pássaro Uru e à árvore Ubá, reforçando sua relação sagrada com os animais e a mata, razão pela qual se denominam “o povo árvore-pássarinho”. Para o **povo Xukuru**, a agricultura tradicional e sagrada é a base de sua própria espiritualidade. É por meio do cultivo da terra que eles promovem a cultura do encantamento, uma forma de cultivar a memória ancestral e continuar escrevendo a história da comunidade. Essa conexão profunda entre a terra e o sagrado se manifesta de forma marcante em seus rituais. O principal deles é a celebração à Mãe Tamain, realizada anualmente na Serra do Ororubá. O ritual homenageia Nossa Senhora das Montanhas, santa sincretizada e reverenciada como a mãe protetora. Trata-se de uma devoção que remonta ao século XVII, iniciada quando uma estátua da santa foi encontrada pelos indígenas no tronco de uma árvore. Hoje, esse ritual sincrético reúne tradições indígenas, negras e católicas. A imagem da santa será levada em procissão até a Igreja de Cimbres, um local sagrado que os fiéis alcançam após subir uma longa escadaria. Mantendo viva essa tradição secular, a comunidade se reúne para realizar a 334ª edição dessa histórica celebração.

DO CALDEIRÃO DE PEDRA AO PRATO: A FLORESTA QUE A APASA RECONSTRUIU



Localizada na Serra do Sobrado, em Jataúba, um brejo de altitude a cerca de 1.000 metros de altitude, a Associação dos Pequenos Agropecuaristas do Semiárido Brasileiro (APASA) desenvolve iniciativas de convivência com o Semiárido e adaptação climática. Fundada em 2006 por famílias agricultoras da região do sítio Sobrado, a **APASA** fortalece a produção e a comercialização de alimentos agroecológicos. Aproveitando as características do relevo local, os caldeirões de pedra que acumulam água naturalmente, a associação promove a recuperação de nascentes e a implementação de sistemas agroflorestais. Essas ações geram uma verdadeira transformação ambiental e social: ao substituir práticas como a queima e o desmatamento pela preservação, o ambiente ganha mais sombra e conforto térmico, melhorando diretamente a qualidade de vida no campo e trazendo de volta espécies da fauna local, como o tatu-bola, abelhas e passarinhos. Além disso, o manejo sustentável abre um horizonte de possibilidades futuras, garantindo a segurança hídrica, a produção de alimentos e o fornecimento de madeira para cercas. O trabalho da associação se estende ainda ao beneficiamento de alimentos, à produção de mudas nativas e ao fortalecimento do artesanato local em renda renascença e palha de catolé. Como resultado direto desse ciclo de recuperação, as famílias agricultoras conquistaram maior acesso à renda.

ENTRE AGULHAS E ENXADAS: A COLHEITA DAS MULHERES DE CARNEIRINHO

A comunidade do **Sítio Carneirinhos**, em Caruaru, cultivava milho, feijão e algodão desde o início do século XX. Na década de 1990, sem estrutura para conviver com o Semiárido, as famílias migraram para a indústria têxtil, e a agricultura foi substituída por rotinas exaustivas de costura. Em 2019, Rizonia e Amanda Alves, mãe e filha, reuniram 12 mulheres para discutir o retorno ao campo. A Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Sítio Carneirinho foi oficializada em 2023, mesmo ano em que as associadas conquistaram assento no Conselho de Desenvolvimento Rural de Caruaru e acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2024, entraram no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Hoje, 32 mulheres produzem milho, jerimum, frango caipira, carne bovina, melancia, coentro e pimentão para escolas e creches da região. O excedente vai para a Feira da Agricultura Familiar, onde também acontecem trocas de sementes crioulas. Do trabalho coletivo dessas mulheres saem alimentos sem agrotóxico, renda digna e convivência com a Caatinga.



MARCHAR, OCUPAR, PLANTAR: 30 ANOS DO NORMANDIA



ASSENTAMENTO NORMANDIA

Você já parou pra pensar de onde vem a comida da merenda escolar? No **Assentamento Normandia**, essa resposta é simples: vem da terra, sem veneno, e com história de luta. Nascido de uma ocupação em 1993 e reconhecido pelo INCRA em 1997, o Normandia é um símbolo da política camponesa, da segurança alimentar e da soberania popular, onde famílias agricultoras constroem, há mais de 30 anos, um modelo de produção agroecológico que abastece escolas e creches do Agreste à Zona da Mata, chegando até o Recife. A agroindústria do assentamento processa toneladas de batata doce, inhame e macaxeira, carne de boi e de bode, pães e bolos da cooperativa de boleiras, tudo produzido por trabalhadores do campo. É o campo alimentando a cidade, sem intermediário e sem veneno. Mas o Normandia vai além da produção. A antiga sede da fazenda virou o Centro de Formação Paulo Freire, em funcionamento desde 1998 e coração político do MST em Pernambuco. Por lá já passaram milhares de crianças e jovens, agricultoras e agricultores, militantes e pesquisadores de universidades como UFPE, Fiocruz e Embrapa, aproximando saberes tradicionais, políticos e acadêmicos.

FEIRA DE CARUARU: A MAIOR PRATELEIRA DO SEMIÁRIDO



Muito mais do que um mercado popular, a **Feira de Caruaru** é uma imersão na alma da Caatinga. Nascida das antigas feiras de troca que conectavam agricultores, criadores e comerciantes, ela se transformou em um dos maiores espaços de comércio popular do país, reunindo milhares de pessoas, produtos, sabores e histórias. Percorrer seus corredores é encontrar comidas e ingredientes típicos, roupas, artesanato, além de expressões culturais que atravessam gerações. Entre aromas, cores e sotaques, a feira revela como os povos da Caatinga construíram estratégias de resiliência, trabalho e sociabilidade, em um espaço onde tradição e contemporaneidade coexistem e contam um pouco de tantas estórias.

LULA DO MEL E AS GUARDIÃS INVISÍVEIS DA CAATINGA



O **Solar das Abelhas**, localizado no famoso bairro do Alto do Moura, em Caruaru, é um Centro de Educação Ambiental e um ponto de referência em Pernambuco voltado à preservação das abelhas e do meio ambiente. Idealizado pelo ambientalista e meliponicultor João Luiz Aleixo, ou Lula do Mel, o espaço funciona como um refúgio de conhecimento focado especialmente nas abelhas nativas sem ferrão, fundamentais para o ecossistema regional. O local desenvolve um papel educativo crucial na comunidade, recebendo estudantes e visitantes para palestras e dinâmicas interativas que reforçam a máxima “sem abelhas, sem alimentos”, alertando sobre o risco de extinção desses polinizadores. Ao unir sustentabilidade, preservação da biodiversidade e cultura, o Solar das Abelhas enriquece o circuito do Alto do Moura, tradicionalmente conhecido pelo artesanato em barro, com uma valiosa camada de consciência ecológica.



DAS MÃOS DE VITALINO AO MUNDO: O MAIOR MUSEU A CÉU ABERTO DAS AMÉRICAS



Localizado a apenas 7 km do centro de Caruaru, em Pernambuco, o **Alto do Moura** carrega o título internacional de Maior Centro de Artes Figurativas das Américas, concedido pela UNESCO. O bairro é um verdadeiro museu a céu aberto e um polo cultural vibrante, repleto de casas-museu e ateliês onde o barro é a forma mais genuína de expressão cultural. Transmitida entre gerações, essa arte moldada à mão revela personagens, cenas do cotidiano e manifestações folclóricas. Mestre Vitalino, Mestre Galdino, Mestra Nicinha Otília e tantos outros que uniram barro, poesia e música em obras simbólicas, continuam a ganhar forma pelas mãos de centenas de artesãos e artesãs locais, que perpetuam o fazer tradicional como patrimônio cultural. Um lugar onde a arte popular faz parte da paisagem, da economia e da identidade local.





REALIZAÇÃO

O Álbum de Figurinhas da Caatinga Climate Week é uma publicação do Centro Sabiá e do Instituto Socioambiental, com o apoio do ICCI, Porticus e Instituto Imbuzeiro.

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DO CONTEÚDO

Carlos Magno Morais

PRODUÇÃO

Bárbara Bittencourt

EDIÇÃO

Bárbara Bittencourt e Darliton Silva

REDAÇÃO

Adriana Ramos, Bárbara Bittencourt, Carlos Magno Morais, Vivian Maitê Castro.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Estúdio PUYA!

IMPRESSÃO

Gráfica Provisual

TIRAGEM

300 exemplares

EQUIPE CAATINGA CLIMATE WEEK

COORDENAÇÃO

Adriana Ramos, Carlos Magno Morais, Maria Cristina Aureliano e Rodrigo Junqueira

METODOLOGIA E PROGRAMAÇÃO

Carlos Magno Morais, Liliana Pires e Vivian Maitê Castro

COMUNICAÇÃO

Ariel Gajardo, Bárbara Bittencourt, Carolina Fasolo, Cecília Lopes, Darliton Silva, Igor Travassos, João Lucas França, Leonor Costa, Roberto Almeida, Rosa Sampaio, Tauani Lima e Thalyta Martins

PRODUÇÃO E LOGÍSTICA

Amanda Cruz, Carol Pires, Elivânia Leal, Juliana Peixoto e Natália Porfírio

APOIO OPERACIONAL

Aniérica Almeida, Antônio Júnior, Demetrius Falcão, Edgar Caliento Barbosa, Gabriel Hirata, Helenilson de Souza, Iran Severino, Iris Maria Silva, Ivanildo Júnior, Janaína Ferraz, Júlio César, Jullyana Lucena, Maria Edineide, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Pedro Eugênio, Rivaneide Almeida, Simone Arimatéia, Valquíria Florêncio e Wellington Gouveia



CAATINGA
CLIMATE WEEK

REALIZAÇÃO



PARCERIA INSTITUCIONAL

